ESTADO DE SERGIPE
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE AUDITORIA

2º TRIMESTRE/2024

Abril a Junho

ESTADO DE SERGIPE
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE AUDITORIA

Órgão: Câmara Municipal de Brejo Grande
Período: 01 de abril a 30 de junho de 2024.
Gestor: Marcos Ferreira dos Santos
Email: cmbrejo2019@gmail.com

1 – INTRODUÇÃO:

Atendendo o que se preceitua a Legislação vigente aos arts. 75 a 82 da Lei 4.320/67 e em conformidade com os mandamentos constitucionais, com o disposto nos arts. 67 a 69 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e com o que estabelece o art. 3º da Resolução n. 206 do TCE/SE, alterada pela Resolução 226 de 12 de fevereiro de 2004, o Controle Interno deste Poder Legislativo elabora e encaminha o **2º Relatório Trimestral de Controle Interno**.

O presente relatório tem como objetivo fundamental levar ao conhecimento das autoridades competentes, do controle externo e da sociedade, informações adicionais e de forma simplificada da Ação Governamental programadas para o exercício analisado, a partir da execução do orçamento e da avaliação da gestão administrativa, nos seus aspectos contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional. Assim, ao mesmo tempo em que demonstra ações do governo em termo físico-financeiros, pode se constituir num instrumento auxiliar em nível gerencial a fim de conduzir a gestão pública municipal, tornando-a, essencialmente, voltada para o atendimento dos interesses coletivos.

2 – CAMPO DE AUDITORIA

2.1 – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

O Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2022/2025 foi aprovado pela Lei Municipal n° **161/2021**, de 17/12/2021.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2023 foi aprovada através da Lei Municipal n° **170** de 26/06/2023, e encontra-se compatível com as disposições constantes no Plano Plurianual.

A Lei Orçamentária Anual do para o exercício de 2024, aprovada pela Lei Municipal n° **174** de 30/11/2023, estimou a despesa do Poder Legislativo **em R$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais).**

Para maiores informações sobre o PPA, LDO e LOA, visite nosso Portal da Transparência.

2.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:

2.2.1 – RECEITAS E TESOURARIA:

O repasse financeiro da Prefeitura para a Câmara de Vereadores obedece ao disposto no Art. 29-A da Constituição Federal de 1988. O total repassado pelo Poder Executivo no período em análise totalizou em **R$ 402.056,35 (quatrocentos e dois mil, cinquenta e seis reais e trinta e cinco centavos)**, que gera um acumulado no exercício de **R$ 804.112,72 (oitocentos e quatro mil, cento e doze reais e setenta e dois centavos).** Segue abaixo um breve demonstrativo da receita da Câmara Municipal de Brejo Grande, considerando-se os valores arrecadados no este trimestre:

Competência	**Repasses (R$)**
Abril	134.018,79
Maio	134.018,78
Junho	134.018,78
TOTAL	402.056,35

As disponibilidades financeiras do órgão, registradas na contabilidade em 30/06/2024, importava o valor **R$ 61.027,56 (**sessenta e um mil, vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos**),** assim distribuídas:

Bancos c/ movimento	R$ 61.027,56
TOTAL	**R$ 61.027,56**

Os saldos das contas acima foram conferidos individualmente através dos registros analíticos existentes na contabilidade.

Foi observado mensalmente a conciliação bancária nas contas da Câmara de Municipal com termo de Conferência de Caixa assinado pelo Ordenador de Despesa e Diretor Financeiro. Os pagamentos são realizados apenas pela Diretoria Financeira por transferência bancária ou pix, não havendo pagamento em caixa, com dinheiro em espécie, sendo os pagamentos realizados por transferências da Conta da Câmara Municipal para Conta cuja titularidade seja do Credor.

A liquidação da despesa bem como a respectiva autorização de pagamento, são conferidas previamente ao seu efetivo pagamento. Os registros contábeis são efetuados tempestivamente. Os recursos financeiros destinados a Câmara Municipal são contabilizados como Transferências Recebidas. Mensalmente são encaminhadas para a Prefeitura de Brejo Grande as informações contábeis (balancetes orçamentários e financeiros) para consolidação da contabilidade geral do município. Em inspeção realizada no Departamento de Contabilidade observou-se que o Relatório de Gestão Fiscal é consolidado e publicado conforme exigência legal.

2.2.2 – RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA

A receita extraorçamentária no período importou um total de **R$ 41.901,19** (quarenta e um mil, novecentos e um reais e dezenove centavos), assim desdobrada:

Contas Credoras	Valor no período (R$)
INSS	18.208,66
IRRF	1.869,12
Pensão alimentícia	1.757,70
Consignação Banese	11.117,76
IRRF Fopag	8.947,95
TOTAL	**R$ 41.901,19**

Os saldos das contas acima foram conferidos individualmente através dos registros analíticos existentes na contabilidade.

2.2.3 – DESPESAS

A despesa empenhada no período atingiu o montante de **R$ 86.290,35** (oitenta e seis mil, duzentos e noventa reais e trinta e cinco centavos). O total de despesas liquidadas no período, decorrentes de empenhos deste trimestre, importou em **R$ 418.314,01** (quatrocentos e dezoito mil, trezentos e quatorze reais e um centavo). Do volume acumulado de despesas empenhadas e devidamente liquidadas, foram pagas neste trimestre a importância de **R$ 405.644,06** (quatrocentos e cinco mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e seis centavos), segue abaixo um resumo da execução da despesa orçamentária:

Empenhos		Liquidações		Pagamentos	
No Período	Acumulado	No Período	Acumulado	No Período	Acumulado
86.290,35	1.439.077,59	418.314,01	769.000,23	405.644,06	756.330,28

Foi verificado que as notas de empenho, liquidações e ordens de pagamentos estão acompanhadas de documentação comprobatória hábil.

2.2.4 -DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIA

A despesa extraorçamentária no período importou um total de **R$ 38.176,27** (trinta e oito mil, cento e setenta e seis reais e vinte e sete centavos), assim desdobrada:

Contas Credoras	**Valor no período (R$)**
INSS	18.103,70
IRRF	1.246,08
Pensão alimentícia	1.757,70
Consignação Banese	11.117,76
IRRF Fopag	5.951,03
TOTAL	**R$ 38.176,27**

2.2.5 – DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMO

Até o período em análise foi verificado que a devolução de duodécimo referente ao exercício financeiro de 2023 foi efetivada em 16/01/24, no valor de **R$ 52.417,27** (cinquenta e dois mil, quatrocentos e dezessete reais e vinte e sete centavos).

3 – RESTOS A PAGAR

A Câmara Municipal de Brejo Grande encerrou o exercício de 2023 com restos a pagar e demais assim distribuídos:

Restos a Pagar Processados de 2023

Descrição	**Empenho**	**Valor**
ALENCAR ALIMENTOS LTDA - EPP	12280001/2023	R$ 119,88
ALENCAR ALIMENTOS LTDA - EPP	12280003/2023	R$ 352,31
ALENCAR ALIMENTOS LTDA - EPP	12270001/2023	R$ 530,03
ALENCAR ALIMENTOS LTDA - EPP	12280002/2023	R$ 265,52
TOTAL		R$ 1.267,74

Demais Obrigações

Descrição	Saldo Anterior	Inscrição	Pagamento	Valor
IRRF	R$ 1.078,21	R$ 44.656,30	R$ 34.963,08	R$ 10.771,66

Até o período analisado foi verificado que todos os restos a pagar referente ao exercício financeiro de 2023, foram devidamente pagos.

4 – CRÉDITOS ADICIONAIS NO PERÍODO

Foram abertos no período créditos adicionais no montante de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais)**. Para abertura destes créditos, foram utilizadas as fontes de recursos estabelecidas no art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme detalhamento abaixo:

Data	Decreto	Valor
03/05/2024	Decreto 22 - Crédito Suplementar	R$ 30.000,000
TOTAL		R$ **30.000,00**

5 – DIÁRIAS

O valor total das despesas com diárias está de acordo com as necessidades de manter os servidores e vereadores deste poder legislativo sempre atualizado para uma eficiente Administração Pública.

Os processos de concessão de diárias para o pessoal da Câmara Municipal de Brejo Grande foram realizados conforme documentações emitidas, como portaria de diárias, relatório, comprovantes de comparecimento e outros.

No período foram concedidas diárias a servidores e vereadores no valor de **R$ 62.550,00** (sessenta e dois mil, quinhentos e cinquenta reais). Estas diárias vêm sendo pagas com base nos valores fixados na Resolução nº. 03/2023, de 20 de abril de 2023.

6– FRETES E TRANSPORTES

No período em análise não houve fretes e transportes de pessoas.

7 – PATRIMÔNIO / ALMOXARIFADO / OBRAS

7.1 - O patrimônio da Câmara é controlado por meio de sistema informatizado, estando todos os bens devidamente registrados, restando apenas a necessidade de ativação no intuito de depreciação/amortização/exaustão a fim e que a informação contábil atenda a representação fidedigna.

7.2 – O almoxarifado é controlado por meio de inventário com controle de entrada e saída.

7.3– Obras e Instalações, de acordo com o relatório de despesa liquidada, no período não houve gastos com obras e instalações.

Abaixo segue demonstrativo como os valores gastos no período com patrimônio:

Material de Consumo	R$ 10.652,96
Equip. e Mat. Permanente	R$ 0,00
Obras e Instalações	R$ 0,00
Total de Incorporações	**R$ 10.652,96**

Até o trimestre, não houve aquisição de bens de caráter permanente. Não foi encontrada incompatibilidade entre os registros contábeis das contas de bens móveis e a existência física de bens. O controle dos bens segue regular, com registro analítico individualizado de cada bem. Quanto ao mais, não há indícios de irregularidades ou desvios patrimoniais.

Com relação ao almoxarifado existe um funcionário que controla o funcionamento desse expediente, sendo esse responsável pelo encaminhamento dos pedidos ao setor financeiro que após a anuência

do Ordenador de despesas, envia a ordem para o fornecedor. O recebimento, a estocagem, controle e dos produtos ficam a cargo do setor de almoxarifado, que o faz através de uma lista de entrada/saída. Como se vê, há uma segregação das funções no âmbito das compras e almoxarifado, um dos fatores que aprimoram a correta aplicação desses recursos.

8 – LIMITES LEGAIS E GESTÃO FISCAL

8.1 – SUBSÍDIOS

Os subsídios dos Vereadores para a atual legislatura foram fixados através do Decreto Legislativo nº 01/2020 de 26 de outubro de 2020 em até **R$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

Da análise do ato da fixação, bem como de toda a documentação relativa aos pagamentos dos subsídio, destacamos o seguinte: constatamos que está sendo repassado ao Poder Legislativo o valor de acordo com o Art 29-A da Constituição Federal.

Ato de Fixação: Decreto 01 de 26 de outubro de 2020

Subsídio Devido Individual	Subsídio Devido Mensal	Subsidio Devido Acumulado	Subsídio Recebido Individual	Subsídio Recebido Mensal	Situação do Exercício
R$ 5.000,00	R$ 45.000,00	R$ 540.000,00	R$ 5.000,00	R$ 45.000,00	Regular

8.2 – DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO

O total da despesa da Câmara Municipal de Brejo Grande com folha de pagamento incluindo o subsidio de seus vereadores, remuneração dos servidores ativos e excluindo as obrigações patronais no período em exame atingiu o montante **de R$ 194.376,15** (cento noventa e quatro mil, trezentos

e setenta e seis reais e quinze centavos). Levando-se em consideração o limite máximo estabelecido pelo art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal (70% da receita da Câmara), que equivale a **R$ 1.125.757,87** (um milhão, cento e vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta e sete reais e oitenta e sete centavos), constatamos que os gastos com folha de pagamento do Poder Legislativo encontram-se de acordo com as normas legais.

8.4 – DESPESAS TOTAL COM PESSOAL

A despesa total com pessoal do Poder Legislativo até o período em análise, apurada de acordo com a EC Nº 25/2000 e Resolução TCE Nº 265/2011, corresponde a 44% (quarenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, conforme dados abaixo:

GASTO COM PESSOAL	Valor	Percentual
Repasse recebido	R$ 804.112,72	
Limite Legal	R$ 562.878,90	70%
Gasto com Pessoal (excluindo as obrigações patronais)	**R$ 373.814,39**	46%

8.5 - OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E IRRF

Foi verificado neste trimestre que os recolhimentos previdenciários, encontram-se em ordem, sendo realizada o correto pagamento do INSS retidos nas folhas de pagamentos, bem como a apropriação e pagamento do INSS Patronal, sendo informado ao INSS através da e-social enviadas mensalmente e constante nos arquivos desta controladoria, o IRRF e demais consignações retidos na fonte são repassados aos cofres públicos municipais e demais credores.

9 – PROCESSOS LICITATÓRIOS, DISPENSAS/INEXIGIBILIDADES

No trimestre em análise foram realizados os seguintes procedimentos licitatórios:

MODALIDADE	Câmara
Convite	0
Pregão Eletrônico	0
Pregão Presencial	00
Dispensa de Licitação	01
Inexigibilidade Licitação	02
Tomada de Preço	0
Chamada Publica	0
Credenciamento	0

9.1 – CONTRATOS

No período em análise foram celebrados os seguintes contratos:

MODALIDADE	Câmara
Contrato	03
Aditamento de Contrato	00

O Controle Interno procurou observar os diversos procedimentos a serem realizados no curso dos processos licitatórios, nas dispensas existentes, bem como nas inexigibilidades, observando as normas aplicáveis e os pareceres jurídicos, a fim de assegurar a forma mais econômica e efetiva dos recursos públicos.

No período ora analisado, houve a realização de procedimentos licitatórios na modalidade de Inexigibilidade, elaborada de acordo com a legislação vigente. O prazo dos Editais, entre a publicação e a abertura dos envelopes, é respeitado. As minutas dos editais e anexos são previamente examinadas pela Procuradoria Jurídica. Os processos licitatórios em ambas as fases interna e externa são analisados pela assessoria jurídica com emissão dos respectivos pareceres. A publicação dos avisos dos processos licitatórios, dos contratos, dos termos de aditivos e demais publicações oficiais são publicadas no Portal da Transparência do órgão.

10 – CONCLUSÃO

Essa análise teve por objetivo verificar a legalidade das transações envolvidas na Câmara Municipal de Brejo Grande de forma a nos permitir um conhecimento do funcionamento do Poder Legislativo e exercer a função especifica de fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Federal nº 4320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal, Normas Orçamentarias, Financeiras e Patrimoniais para fins a tomada de decisão, a prestação de contas e a responsabilização.

Após a análise da documentação apresentada e dos procedimentos operacionais aqui acompanhados, com base nos relatórios simplificados do Setor de Contabilidade, conclui-se que os resultados quanto â eficiência e a eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, e os limites constitucionais estão dentro da Legislação, que os saldos financeiros na conta corrente existente no Banco do Banese, encontram-se perfeitamente corretos e que os valores referentes as contribuições previdenciárias devidas ao INSS, IRRF e consignações são devidamente recolhidos e repassados. No mais, no presente Câmara Municipal de Brejo Grande vêm desenvolvendo dentro dos padrões da lei e que preserva os princípios da legalidade, economicidade, publicidade, impessoalidade e moralidade para ser de forma transparente e segura. Este relatório está disponível para análise do Tribunal de Contas e demais órgãos de controle que faz jus as informações.

11 – PARECER

Considerando os registros contábeis dos atos e fatos administrativos, as operações financeiras, a execução e acompanhamento orçamentários, a administração patrimonial e operacional do Poder Legislativo, aqui analisados, se apresentam de acordo com as disposições da Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal da Contabilidade Pública expressos na Lei nº 4.320/76, bem como as orientações técnicas e procedimentos contábeis constantes em Atos Normativos do Tribunal de Contas do ESTDO DE Sergipe. Desta forma, é possível certificar com razoável segurança, por meio de julgamento profissional independente, que os procedimentos adotados por essa Câmara até o 2º trimestre de 2024, encontra-se todos os aspectos relevantes livres de distorções.

ESTE É O RELATÓRIO

BREJO GRANDE/SE, em 29 de junho de 2024.

JOÃO CARLOS FERREIRA SILVA NETO
CONTROLE INTERNO